

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 16.

1 Passado o impacto da pandemia do novo
coronavírus e do confinamento social, espera-se que a
razão volte. Prêmio Nobel de Economia de 2014 por suas
4 contribuições sobre concorrência e concentração de
poder de mercado, o francês Jean Tirole, da Escola de
Economia de Toulouse, afirma estar assustado com a
7 ascensão de políticos populistas e a rejeição à ciência e
aos especialistas em geral.

Segundo ele, a humanidade encontra-se diante de
10 uma bifurcação: pode escolher o recrudescimento do
nacionalismo e da xenofobia, mas também pode optar por
dar valor à ciência e ao multilateralismo.

13 Para o estudioso, as democracias contemporâneas
falham ao se concentrar em políticas de curto prazo —
como, no caso do Brasil, a liberação do FGTS, para
16 promover o consumo, ou a redução da taxa básica de juros
da economia, para baixar a inflação —, neste momento
em que os maiores desafios são de longo prazo, como a
19 mudança climática e as políticas de saúde. A maior
preocupação atual é que a recessão causada pela
pandemia possa arrefecer os esforços para lidar com esses
22 temas mais amplos. A solução para reintroduzir o longo
prazo nas democracias passaria por agências
independentes e internacionais, funcionando como o
25 Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, com o fim de
prestar informações amplas e claras às populações dos
diversos países, que devem se apropriar do debate
28 público.

Precisamos de instituições multilaterais, como a
OMS, mas essas vêm sofrendo golpes há anos, e a situação
31 pode continuar se degradando. O problema é tal que se
generalizou o cada um por si. Agora, estão falando em
protecionismo e realocização dos empregos, visando
34 trazer as fábricas, que antes eram situadas em países
longínquos e com produção mais barata, para perto de
casa. Em parte, será necessário voltar a produzir
37 localmente alguns bens essenciais em tempos de crise,
como a proteção sanitária, mas não é o caso da maior
parte dos bens.

40 Tirole afirma que estamos, sim, em uma guerra,
que não tem a ver com as guerras precedentes, ou mesmo
com uma crise, como a de 1929. Em 1945, após a Segunda
43 Guerra Mundial, o sistema produtivo, a infraestrutura e as
fábricas estavam destruídos. Hoje, se os assalariados
forem resguardados nas empresas e se forem mantidas
46 vivas as empresas por meio de subvenções, o sistema
produtivo estará intacto. A economia poderá dar a partida
novamente, ao menos em parte, assim que terminar o
49 confinamento.

Diego Viana. **Uma terapia para a crise.**
Valor Econômico: 2020, p. 7-9 (com adaptações).

Quanto às ideias do texto, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 No texto, predomina a tipologia argumentativa, acerca dos remédios para a pandemia do novo coronavírus.
- 2 Uma das características do texto é o emprego de linguagem rebuscada e prolixa.
- 3 Para o economista, há necessidade de mais cooperação e multilateralismo para vencer os problemas causados pela pandemia.
- 4 Segundo o economista, a única maneira de conseguir uma boa administração dos problemas de longo prazo seria por meio de agências independentes, que avaliem o desempenho dos Estados nesses campos e difundam as informações às populações.
- 5 Depreende-se do texto que a necessidade de prestação de informações aos cidadãos é importante para o funcionamento da democracia.
- 6 Do texto se deduz que os impactos da pandemia do novo coronavírus abrem portas para o aumento do protecionismo estatal.
- 7 Infere-se do texto que, diante dos problemas resultantes da pandemia causada pelo novo coronavírus, a mudança climática é um tema de somenos importância.

Em relação ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 8 a 16.

- 8 As palavras “Prêmio”, “políticos” e “longínquos” são grafadas com acento em decorrência da mesma regra de acentuação gráfica.
- 9 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, a sentença “Passado o impacto da pandemia do novo coronavírus e do confinamento social, espera-se que a razão volte” (linhas de 1 a 3) pode ser assim reescrita: **Deseja-se que a razão retorne se se passar o impacto da pandemia do novo coronavírus e do isolamento social.**
- 10 Na linha 3, anteriormente a “Prêmio Nobel de Economia de 2014”, está elíptica a expressão **Ganhador do**.
- 11 Na linha 7, o emprego de acento gráfico no termo “à”, em “à ciência”, é justificado pela regência do nome “rejeição”, em presença de artigo que define “ciência”.
- 12 Nas linhas 15 e 17, o termo “para” foi empregado com sentido de causa.
- 13 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto, o vocábulo “arrefecer” (linha 21) pode ser substituído por **esquentar**.
- 14 A oração iniciada pelo termo “que” (linha 27) retoma a expressão “populações dos diversos países” (linhas 26 e 27).
- 15 O termo “essas” (linha 30) retoma a expressão “instituições multilaterais” (linha 29).
- 16 Sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do texto, a sentença “Hoje, se os assalariados forem resguardados nas empresas e se forem mantidas vivas as empresas por meio de subvenções, o sistema produtivo estará intacto” (linhas de 44 a 47) poderá ser assim reescrita: **O sistema produtivo ficará intacto, se, caso os assalariados sejam guardados nas empresas, fossem mantidas as empresas vivas pelos incentivos financeiros do Estado.**

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

No que se refere ao programa Microsoft Excel 2013, ao sistema operacional Windows 8.1 e ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, julgue os itens de **17 a 22**.

- 17** No Excel 2013, é possível definir um nome para uma fórmula ou para um intervalo de células.
18 No Excel 2013, não há recursos para se classificar mais de um item, mesmo quando houver dados para agrupar.

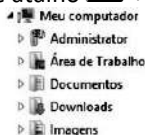


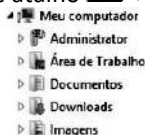
O recurso **Classificar e Filtrar** somente poderá ser inserido em uma planilha uma única vez.

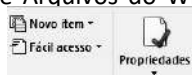
- 19** No Windows 8.1, é possível exibir mais de uma janela da interface Metro.
20 O Windows 8.1 pode ser instalado em computadores com processador tanto de 32 *bits* quanto de 64 *bits*.
21 Um arquivo não poderá ser aberto, em uma guia do Google Chrome, somente por uma janela desse navegador.
22 Alguns objetos (partes) do Google Chrome são estáticos, ou seja, não é possível que o usuário os altere. Para garantir sua padronização, o Chrome não permite, por exemplo, que o usuário altere a ordem das guias.

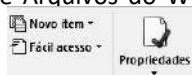
No que diz respeito ao programa de correio eletrônico Microsoft Outlook 2016, aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas e aos procedimentos de segurança da informação, julgue os itens de **23 a 28**.

- 23** No Outlook 2016, a guia Ferramentas de Pesquisa possibilita ao usuário refinar sua pesquisa e alterar as pastas onde deseja pesquisar.
24 A única maneira de se pesquisar pessoas e contatos no Outlook 2016 é a partir de sua tela principal, fazendo uso das teclas de atalho **Ctrl** + **Q**.



- 25** Na figura , que mostra parte do Explorador de Arquivos do Windows 8.1, Documentos e Download são arquivos executáveis, pois possuem, de forma oculta, a extensão *.exe.
26 Na aba Início do Explorador de Arquivos do Windows



8.1, ao clicar "Novo item" , será possível criar pasta, arquivo e atalho, entre outros.

- 27** Uma das formas de se fazer com que a informação não caia em mão erradas (pessoas que não necessitem dela) em uma organização é, por exemplo, não deixar documentos confidenciais sobre a mesa ao se ausentar.
28 Senhas de acesso a sistemas podem ser compartilhadas entre os funcionários de uma organização, desde que eles façam parte da mesma seção. Esse procedimento não compromete a segurança das informações, tendo em vista que as pessoas são consideradas como o elo mais forte da segurança da informação.

Um cartão possui senha com 4 dígitos, de 0 a 9. Sabe-se que o primeiro dígito é um número ímpar e que os dígitos não se repetem.

Com base nesse caso hipotético, julgue os itens de **29 a 32**.

- 29** Existem mais de 3.000 maneiras de se formar a senha do cartão.
30 A probabilidade de o segundo dígito ser o número 3 é menor que 10%.
31 Sabendo-se que o dígito 5 não pertence à senha do cartão, então o número de possibilidades é reduzido para menos da metade do que era antes.
32 Se a senha tivesse 5 dígitos, com as mesmas restrições, então o número de possibilidades seria multiplicado por 6 em relação ao número de possibilidades anterior.

Se trabalharem 6 h por dia, 12 homens gastam 8 dias para montar 40 máquinas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de **33 a 36**.

- 33** Trabalhando 6 h, 12 homens montam 5 máquinas por dia.
34 Se o número de homens aumentar em 50% e o número de dias cair pela metade, então, trabalhando 6 h por dia, eles montarão 40 máquinas.
35 Para montar uma máquina, 1 homem gasta mais de 15 h.
36 Trabalhando 4 h por dia, 6 homens demoram mais de 12 dias para montar 25 máquinas.

- 1) Alguns estudantes de matemática são bons alunos.
 2) Todo jogador de xadrez é bom aluno.
 3) Nenhum ciclista joga xadrez.
 4) Alguns ciclistas são bons alunos.

Considerando as sentenças lógicas acima, julgue os itens de **37 a 40**.

- 37** Alguns ciclistas são estudantes de matemática.
38 Nem todo bom aluno joga xadrez.
39 Alguns estudantes de matemática jogam xadrez.
40 Algum mau aluno joga xadrez e é ciclista.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens de **41 a 50**.

- 41** Nos processos que tramitam perante a Administração, salvo se houver disposição legal em sentido contrário, o administrado deverá, necessariamente, se fazer representar por advogado.
- 42** Os atos de delegação de competência podem ser revogados pela autoridade delegante no prazo de até três anos após sua publicação em edital.
- 43** Os atos do processo administrativo devem, obrigatoriamente, realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o feito, não podendo ser praticados após o encerramento do expediente regular.
- 44** As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se somente mediante requerimento da parte interessada.
- 45** Não será admitida a produção de prova pericial nos processos administrativos.
- 46** Nos processos administrativos, as sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.
- 47** Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.
- 48** Nos processos administrativos, os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- 49** O recurso administrativo interposto perante órgão incompetente não será conhecido.
- 50** A Administração deverá anular seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade e poderá revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Quando aos processos e às decisões no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** As decisões administrativas não precisarão de ser motivadas ou indicar fundamentos jurídicos.
- 52** A decisão administrativa que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos não deverá apresentar suas consequências práticas, sob pena de nulidade.
- 53** Quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais, a decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito preverá regime de transição.
- 54** Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.
- 55** Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão, entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da Administração Pública, com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.

No que se refere às constituições, julgue os itens de **56 a 65**.

- 56** A constituição pode ser definida como um sistema de normas jurídicas, escritas ou costumeiras, que regula a forma do Estado, a forma de seu governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, o estabelecimento de seus órgãos, os limites de sua ação, os direitos fundamentais do homem e as respectivas garantias.
- 57** De acordo com o entendimento sociológico da constituição de Konrad Hesse, esta é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem determinado país.
- 58** De acordo com a corrente liderada por Hans Kelsen, a constituição, vista apenas no sentido jurídico, é considerada como norma pura, puro dever-ser, sem qualquer pretensão à fundamentação sociológica, política ou filosófica.
- 59** A constituição material, concebida em sentido amplo, designa as normas constitucionais escritas ou costumeiras, inseridas ou não em um documento escrito, que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos fundamentais.
- 60** Considera-se como escrita a constituição quando codificada e sistematizada em um texto único, elaborado reflexivamente e por um órgão constituinte, encerrando todas as normas tidas como fundamentais sobre a estrutura do Estado, a organização dos poderes constituídos, seu modo de exercício, os limites de atuação e os direitos fundamentais.
- 61** São populares (ou outorgadas) as constituições que se originam de um órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos para o fim de elaborar e estabelecer, como são exemplos as Constituições brasileiras de 1891, 1934, 1946 e 1988.
- 62** Nas constituições cesaristas, a participação popular não é democrática, pois visa apenas a ratificar a vontade do detentor do poder.
- 63** Semirrígida é a constituição somente alterável mediante processos, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis que os de formação das leis ordinárias ou complementares.
- 64** Toda constituição rígida será, necessariamente, também escrita e histórica.
- 65** O princípio da supremacia requer que todas as situações jurídicas se conformem com os princípios e preceitos da constituição.

A respeito dos servidores públicos, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará, exclusivamente, a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira.
- 67** É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- 68** O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- 69** São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- 70** O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens de **71 a 74**, relativos a agentes públicos.

- 71** A presunção de parcialidade oriunda de relação afetiva entre candidato e membro de banca examinadora não é suficiente para a anulação de concurso público, exigindo-se, a par de elementos indiciários, efetiva prova de favorecimento.
- 72** A teoria do fato consumado não autoriza, em regra, a preservação de situação jurídica consolidada a partir de decisão judicial proferida em cognição não exauriente, admitindo-se, sem embargo, que situações absolutamente excepcionais, como aquela em que o servidor de boa-fé nomeado judicialmente acabe passando para a inatividade após longo lapso temporal, sejam resguardadas à luz do princípio da proteção da confiança.
- 73** A contratação temporária de servidores, ainda que excepcional, pode se dar, observada a reserva legal, mediante prorrogação indefinida de autorização legislativa genérica.
- 74** A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por ostentar personalidade jurídica de direito privado, impondo vínculo celetista com seus colaboradores, pode realizar demissão sem justa causa, sendo desnecessária motivação nessa hipótese.

No que concerne aos conselhos profissionais, julgue os itens de **75 a 78** conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- 75** A natureza fiscalizatória dos conselhos profissionais decorre do poder disciplinar, desafiando a competência da justiça trabalhista em caso de disputa.
- 76** Os conselhos profissionais, por sua natureza de autarquia, gozam de isenção de custas judiciais.
- 77** A competência fiscalizatória dos conselhos profissionais não autoriza a requisição de livros técnicos e fichas de clientes, sob pena de violação de sigilo profissional.
- 78** A cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais decorre do exercício do poder de polícia.

Segundo a jurisprudência do STF, julgue os itens de **79 a 82** acerca dos direitos e das garantias fundamentais.

- 79** O chamado estado de coisas inconstitucional consiste em violação massiva e persistente de direitos fundamentais a partir de falhas estruturais e de uma falência das políticas públicas, exigindo, para sua superação, a atuação de uma pluralidade de autoridades, além de medidas abrangentes.
- 80** O direito de resposta contraposto à ofensa à intimidade, à honra e à imagem independe de regulamentação específica, podendo ser, direta e judicialmente, tutelado.
- 81** A liberdade de expressão religiosa não protege o discurso que, comparando religiões diversas, explicita alguma hierarquização e animosidade entre elas.
- 82** A medida imediata mais adequada ao resguardo da intimidade e à repressão do abuso da liberdade de expressão é a supressão liminar do texto ofensivo, e não o direito de resposta.

À luz da jurisprudência do STF, julgue os itens de **83 a 86**.

- 83** Os requisitos constitucionais para a criação de municípios também se aplicam quando se tratar de alteração ou retificação de seus limites territoriais.
- 84** Fere as regras constitucionais de competência legislativa lei estadual que disponha sobre bloqueio de sinal de telefonia celular em presídios.
- 85** A proteção contra a discriminação de gênero em relações trabalhistas é comum em todos os entes federativos.
- 86** Lei estadual que verse sobre orientação da atuação administrativa do órgão estadual responsável pela emissão de carteira de identidade nacional é formalmente inconstitucional.

De acordo com a jurisprudência do STJ, julgue os itens de **87 a 89** a respeito da união estável.

- 87** As verbas de natureza trabalhista pleiteadas na constância da união estável sob regime de comunhão parcial integram o patrimônio comum da sociedade e devem, por isso, ser partilhadas em eventual dissolução.
- 88** A valorização, já na constância da união estável, de imóveis adquiridos anteriormente ao início do relacionamento integra o patrimônio comum da sociedade e deve, por isso, ser objeto de partilha em eventual dissolução.
- 89** Cônjuge validamente casado, mas já separado de fato pode ver reconhecida, concomitantemente ao casamento ainda não extinto, união estável ulterior com pessoa diversa.

Conforme a jurisprudência do STJ, julgue os itens de **90 a 92** acerca do direito do consumidor.

- 90** A repetição em dobro de indébito alcança a cobrança indevida de tarifa de água, desde que não haja erro justificável decorrente de dolo, culpa ou má-fé.
- 91** As instituições financeiras possuem responsabilidade civil subjetiva por crimes ocorridos em seu exterior, haja vista cuidar-se de culpa exclusiva de terceiro.
- 92** A cobrança indevida em si já é irregular e ensejadora de indenização por dano moral, ainda quando inexistir inscrição em cadastro restritivo de crédito.

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens de **93 a 95** quanto à gratuidade de justiça.

- 93** Não é adequada a utilização de critérios exclusivamente objetivos para a avaliação da concessão ou não do benefício da gratuidade de justiça, devendo ter lugar uma avaliação concreta da possibilidade econômica da parte postulante.
- 94** A gratuidade de justiça, ainda quando conferida em primeiro grau, deve ser reiterada e novamente requerida a cada instância processual.
- 95** Ainda que beneficiária da gratuidade de justiça, a parte recorrente deve demonstrar a isenção do recolhimento do preparo no momento da interposição do recurso, não se presumindo a benesse.

À luz da jurisprudência do STJ, julgue os itens de **96 a 98** no que se refere a recurso especial.

- 96** Os embargos de declaração contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial têm o condão de interromper o prazo para eventual futuro recurso de agravo interno ou de agravo em recurso especial.
- 97** A contrariedade de acórdão de segundo grau a enunciado de súmula de jurisprudência do STJ é dado suficiente para franquear recurso especial por dissenso jurisprudencial.
- 98** É indispensável à admissibilidade do recurso especial a indicação do permissivo constitucional em que ele se baseia.

Julgue os itens de **99 a 103** a respeito da responsabilidade tributária.

- 99** A atribuição de responsabilidade tributária pode se dar pela legislação ordinária, inexistindo reserva legal qualificada, desde que, naturalmente, não se contrarie o Código Tributário Nacional.
- 100** O terceiro responsável tributário não integra a relação contributiva, mas é pessoa da qual se espera capacidade de colaboração, assim entendida a possibilidade de praticar atos que facilitem ou assegurem a tributação ou que impeçam o inadimplemento.
- 101** A responsabilidade tributária de terceiro somente alcança o tributo, não abrangendo, em qualquer hipótese, prestações acessórias como a multa e preservando, com isso, o princípio da pessoalidade da pena.
- 102** Na responsabilidade solidária, a isenção que aproveita um dos coobrigados alcança todos os demais.
- 103** A responsabilidade por sucessão empresarial em razão da aquisição de estabelecimento comercial é integral se o sucedido cessar em definitivo a atividade e subsidiária se o sucedido prosseguir na exploração.

Técnicos industriais são profissionais liberais com profissão regulamentada pela Lei n.º 5.524/1968 e pelo Decreto n.º 90.922/1985, devidamente habilitados para o desempenho de suas atribuições, como empregados do Setor Público e do setor privado ou prestadores de serviços.

Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo.

Internet: <<https://www.crtsp.gov.br>> (com adaptações).

Considerando as relações trabalhistas regidas pelo direito do trabalho, julgue os itens de **104 a 109**.

- 104** De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não será computado como período extraordinário quando o trabalhador exceder a jornada normal, por escolha própria, em caso de insegurança nas vias públicas, buscando proteção pessoal.
- 105** O trabalhador autônomo, com ou sem exclusividade, que pactue, por meio de contrato escrito, uma relação civil de prestação de serviços não poderá ser considerado como empregado, mesmo que todos os elementos fático-jurídicos da relação de emprego estejam presentes.

- 106** A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, conforme estabelecido em Súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 107** A alteração da CLT, realizada pela Lei n.º 13.467/2017, previu a possibilidade do regime de teletrabalho, sem a necessidade de previsão expressa no contrato. Contudo, a alteração do regime de teletrabalho para o presencial deverá ser realizada mediante mútuo acordo entre o empregado e o empregador.
- 108** A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho, conforme a CLT, têm prevalência sobre a lei quando dispuserem sobre o pacto quanto à jornada de trabalho, desde que observados os limites constitucionais.
- 109** É prescindível a concordância do empregado para que as férias sejam usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a vinte dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

Acerca do direito processual do trabalho, julgue os itens de **110 a 115**.

- 110** Os técnicos industriais que atualmente desempenham suas funções como empregados do Setor Público, regidos pela CLT, terão seus dissídios julgados na Justiça do Trabalho.
- 111** O mandado de segurança impetrado em face de ato praticado por auditor fiscal do trabalho da União deverá ser proposto na Justiça Federal, mesmo que o ato questionado envolva matéria sujeita à jurisdição trabalhista.
- 112** Os recursos no processo trabalhista, em regra, são dotados de efeito meramente devolutivo, sendo permitida a execução provisória até a penhora.

- 113** Suponha-se que João seja convocado como testemunha de um processo trabalhista movido pelo empregado Carlos contra o empregador Alfa e que João também esteja litigando contra o empregador de Carlos. Nesse caso, é correto afirmar que João será considerado como uma testemunha suspeita no processo movido por Carlos.
- 114** A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem e será instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado.
- 115** Se o litígio versar sobre direitos indisponíveis, a revelia gerará a presunção de veracidade dos fatos alegados na petição inicial.

Em relação ao exercício da profissão de técnico industrial, julgue os itens de **116 a 120**.

- 116** O técnico industrial poderá se responsabilizar pela elaboração e execução de projetos, desde que estes sejam compatíveis com sua formação profissional.
- 117** Os cargos de técnico industrial de nível médio, no serviço público federal, estadual ou municipal ou em órgãos dirigidos indiretamente pelo Poder Público, bem como na economia privada, somente serão exercidos por profissionais legalmente habilitados.
- 118** O Poder Judiciário poderá promover regulamentos para normatizar o exercício da profissão de técnico industrial.
- 119** Aquele que haja concluído um dos cursos do segundo ciclo de ensino técnico industrial, tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio, regularmente constituída, poderá exercer a profissão de técnico industrial.
- 120** A diplomação por instituto técnico industrial estrangeiro não garante, mesmo após revalidação do diploma no Brasil, o exercício da profissão de técnico industrial.